

Poder Judiciário da União

Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Assessoria Especial da Presidência

Comissão de Incentivo à Participação Feminina

Portaria PRESI nº 221/2025 — SEI nº 0003579-32.2025.4.06.8000

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO FEMININA

Data: 15 de janeiro de 2026

Horário: 14h30

Local: Reunião virtual (plataforma institucional do TRF6 – Microsoft Teams)

Presentes:

Raquel Costa Viola – Assessoria Especial da Presidência (Coordenadora da Comissão)

Nathalia Dell’Areti Mendes – 1º Gabinete do 2º NAJ (Secretária da Comissão)

Érica Jaqueline Dornelas Concolato – 21ª Vara Cível da SJ/MG

Eloísa Cruz Moreira de Carvalho – Secretaria de Gestão de Pessoas

Andréa Maria Nobre Gonçalves – Secretaria de Gestão de Pessoas

1. Introdução

A reunião ordinária da Comissão de Incentivo à Participação Feminina do TRF6 foi realizada em 15 de janeiro de 2026, por meio da plataforma Microsoft Teams, com o objetivo de reabrir os trabalhos da Comissão no exercício de 2026, retomar os encaminhamentos pendentes do ano anterior e planejar as ações institucionais do primeiro semestre.

A Coordenadora Raquel Costa Viola iniciou os trabalhos com as boas-vindas às integrantes e apresentou uma breve retrospectiva das ações desenvolvidas em 2025, ressaltando o fortalecimento do grupo, a visibilidade institucional conquistada e a necessidade de continuidade das atividades voltadas à promoção da equidade de gênero no âmbito do Tribunal.

O encontro teve caráter deliberativo e buscou alinhar a atuação da Comissão às diretrizes estratégicas do TRF6 e às políticas nacionais de incentivo à participação feminina no Poder Judiciário, estabelecidas pela Resolução CNJ nº 255/2018.

2. Ordem do Dia

1. Atualização da composição da Comissão e revisão das funções internas;
2. Retomada das pendências administrativas e do formulário de cadastro de servidoras e colaboradoras;
3. Planejamento de eventos e ações para o exercício de 2026;
4. Discussão sobre comunicação institucional e visibilidade da Comissão;
5. Deliberação sobre temas prioritários e cronograma de reuniões.

3. Desenvolvimento dos Trabalhos

A Coordenadora Raquel Costa Viola iniciou destacando a importância da manutenção da periodicidade das reuniões, com vistas à consolidação da Comissão como espaço permanente de diálogo, acolhimento e proposição de ações.

Foi informado que o formulário de cadastro das servidoras e terceirizadas vinculadas à Comissão será ajustado e redivulgado, com inclusão de campos que permitam identificação funcional e unidade de lotação, a fim de aprimorar o mapeamento de participantes e facilitar a comunicação institucional.

A secretária da Comissão, Nathalia Dell'Areti Mendes, apresentou proposta de estruturação de um banco de dados interno com as informações de cadastro, permitindo acompanhamento contínuo das participantes e melhor planejamento das ações futuras.

A integrante Eloísa Cruz Moreira de Carvalho sugeriu que a Comissão aprofunde a parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, para integrar ações de valorização profissional e bem-estar das servidoras, considerando também aspectos psicossociais e de saúde emocional.

Em seguida, a servidora Andréa Maria Nobre Gonçalves ressaltou a importância de planejar as atividades de forma articulada com o COJUS e a Escola Judicial, para fortalecer o caráter educativo das iniciativas e garantir suporte técnico às ações formativas.

As participantes deliberaram pela elaboração de um calendário de eventos e reuniões ordinárias para o primeiro semestre de 2026, com periodicidade mensal, preferencialmente na segunda quinzena de cada mês. A primeira atividade formativa deverá ocorrer no mês de março, alusiva ao Dia Internacional da Mulher, com o tema "Mulheres no Judiciário: liderança, diálogo e empatia institucional".

A integrante Érica Jaqueline Dornelas Concolato propôs que a programação de 2026 inclua também momentos de escuta ativa e rodas de conversa, visando ampliar o espaço de fala e o acolhimento das servidoras, fortalecendo a dimensão humana da política institucional de gênero.

Durante os debates, foram mencionadas dificuldades na comunicação institucional e na divulgação das ações da Comissão. As participantes acordaram em intensificar o contato com a Assessoria de Comunicação Social para melhorar a visibilidade das atividades no portal interno e nas redes institucionais do TRF6.

A Coordenadora Raquel Costa Viola destacou ainda a relevância de manter registro sistemático das atividades da Comissão por meio de atas, relatórios e memorandos informativos, consolidando a documentação das ações desenvolvidas e garantindo transparência administrativa.

Por fim, ficou decidido que a próxima reunião ordinária será realizada em fevereiro de 2026, com foco no detalhamento do evento de março e na aprovação do cronograma de trabalho semestral.

Nada mais havendo a tratar, a Coordenadora agradeceu a participação das integrantes, enfatizando o comprometimento do grupo com a valorização da mulher no serviço público e o fortalecimento da cultura institucional de respeito, empatia e equidade. A reunião foi encerrada às 15h55.

Encaminhamentos Registrados:

- Atualizar e redistribuir o formulário de cadastro das servidoras e colaboradoras;
- Estruturar banco de dados interno com as informações coletadas;
- Elaborar o calendário de reuniões e eventos do primeiro semestre de 2026;
- Articular ações conjuntas com o COJUS, a Escola Judicial e a Secretaria de Gestão de Pessoas;
- Planejar evento de março de 2026 sobre “Mulheres no Judiciário: liderança, diálogo e empatia institucional”;
- Ampliar a comunicação institucional e a divulgação das ações da Comissão.

Belo Horizonte/MG, 15 de janeiro de 2026.

Raquel Costa Viola

Coordenadora da Comissão de Incentivo à Participação Feminina
(Portaria PRESI nº 221/2025)